

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Senhores deputados, de acordo com o art. 102 do Regimento Interno, passaremos ao horário reservado às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, que com toda certeza está com saudades da tribuna.

Deputado Serafim Venzon, no dia de ontem v.exa. teve a oportunidade de falar em nome do partido, se não estou enganado, mas hoje tratará de assuntos particulares relevantes ao estado de Santa Catarina. Portanto, concedo a v.exa. o tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero saudar de forma especial os catarinenses que se dedicam a melhoria de qualidade de vida de outras pessoas. Sei que em todas as profissões tem isso, pois sempre há naquilo em que fazemos uma preocupação em fazer bem feito, isso pelo nosso próprio contentamento, pelo nosso soldo, mas também para fazer o bem às pessoas.

Eu queria citar aqui a sra. Teolice Regina Renne, que trabalha no Sistema Nacional do Emprego em Balneário Camboriú, pois sei que pelo empenho dela muitas pessoas conseguiram ser encaminhadas a um emprego e dar mais qualidade de vida para as pessoas que delas dependem. E sei que o Sine hoje possui 104 postos espalhados por Santa Catarina, alguns deles são propriedades do estado e a grande maioria, aproximadamente 25, são do estado, e os demais são áreas alugadas do estado, numa parceria entre a prefeitura, o estado e a União, para garantir que na maioria das cidades tenha o Sistema Nacional de Emprego, para fazer a interação entre as pessoas que estão procurando emprego e aqueles que estão procurando funcionários, e ainda auxiliar, qualificar as pessoas que por alguma razão perderam o emprego ou procuram o primeiro emprego, justamente para que ao chegar ao posto de trabalho ele possa ser útil, produzindo um bom resultado com o seu esforço, para sua maior estabilidade.

Então, Santa Catarina é um estado que se destaca pela equalização, a socialização da renda. Santa Catarina é o estado mais equânime com relação ao equilíbrio social. E isso é decorrente de um conjunto de ações evidentemente que perpassam pelo trabalho de cada catarinense, pelo empenho de cada um, pelo empreendedorismo, por inúmeras pessoas que ao se aposentar já aprenderam muito e criam a sua própria empresa. E como resultado, temos um estado que se destaca pela participação da sociedade e do cidadão, sem falar

das políticas públicas, dos agentes políticos - vereadores, prefeitos, deputados e governador.

Uma prova de que caminhamos bem nos últimos anos são os resultados da economia catarinense. Santa Catarina mais uma vez está na ponta quanto aos estudos relativos à economia de 2013, em que o estado teve um desempenho maior do que o dobro da média nacional. Esse resultado se deve ao trabalho dos catarinenses, ao empreendedorismo, mas muito se deve à atividade política de todos nós, da qual me incluo também e não posso excluir nenhum político de Santa Catarina.

Tenho certeza de que a capacidade de planejamento do atual governo foi, sim, um fator preponderante para fomentar o desenvolvimento, melhorar o fornecimento de energia elétrica, exigir a melhoria da telefonia, fazer investimentos em rodovias e os acessos às cidades. Tudo isso fez com que Santa Catarina tivesse esse destaque. Naturalmente, a condição de trabalho, de emprego, o empenho de cada cidadão, foi o que promoveu e promove esse desenvolvimento.

Por último queria fazer referência a um artigo que o senador Aécio Neves publicou no jornal *Folha de S.Paulo*, no último dia 26, sobre a questão do Bolsa Família e da miséria, que vou ler.

(Passa a ler.)

"Não existe um único brasileiro que não queira o fim da miséria no país.

Este é um desafio que precisa ser enfrentado com responsabilidade e requer que o compromisso com a propaganda não supere o compromisso com a transformação da dura realidade vivida por milhões de pessoas no país.

Para que a miséria de fato seja vencida é preciso garantir proteção integral à família contra desproteções econômicas, sociais e comunitárias que desagregam o núcleo mais importante da sociedade.

Ao contrário do que entende o governo federal, a miséria não pode ser identificada apenas pela ausência de renda. O PSDB defende duas visões e compromissos para enfrentar essa questão:

a) No campo da renda, além da manutenção atual do Bolsa Família, buscamos o que foi pactuado nos objetivos do Milênio no ano 2000 e que, apesar de anunciado pelo governo federal em 2011, não vem sendo cumprido, que nenhum brasileiro tenha renda inferior a 1,25 dólar por dia.

b) Adotar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede a pobreza a partir das privações de saúde, educação, moradia e qualidade de vida. O IPM leva em conta um conjunto de ausências que vão muito além da ausência de renda.

Minas Gerais foi a primeira unidade subnacional (estado) do mundo a pactuar com o PNUD, em 2011, o uso do IPM para identificar as famílias e as comunidades em situação de extrema pobreza.

Precisamos mapear os territórios brasileiros e o risco social das famílias. Temos que trabalhar com inteligência e com metas para que possamos afirmar que uma área não tenha mais analfabetos e moradias inseguras, que todas as crianças e adolescentes estão estudando e que todas as famílias são acompanhadas por equipes sociais. Isso, sim, significaria o fim da miséria.

Precisamos construir o caminho para uma verdadeira transparência cidadã em que todos os brasileiros inscritos no Cadastro Único sejam informados anualmente de seus direitos sociais ainda não conquistados. Um sistema direto de informação, com gestão social de um conselho formado por usuários, trabalhadores sociais, gestores e Ministério Público. As famílias precisam conhecer os direitos que não estão vivenciando. Que a criança tem o direito a uma vaga na escola, que o adulto pode voltar a estudar e que a moradia em que vivem não está segura.

Todos os brasileiros devem ter o direito de deixar de ser pobres. A pobreza não pode ser uma herança, não pode ser uma condição intransponível.

A superação real da miséria se dará quando de fato as famílias tiverem plena educação, pleno

trabalho e autonomia em relação à dependência estatal.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queremos agradecer a oportunidade de mais uma vez ocupar esta tribuna e trazer dois temas: um ligado à pesca e outro à agricultura familiar.

Também quero registrar que na última sexta-feira recebemos, nesta Casa, um grupo de pescadores da região da Grande Florianópolis que vieram falar sobre a pesca da tainha. Os pescadores foram proibidos de efetuarem a pesca e, por isso, fizemos contato com o diretor do ministério do Meio Ambiente, dr. Paulo Guilherme; e também com lideranças do ministério da Pesca em relação a essa proibição.

Temos um problema de licença ambiental na referida atividade e a grande preocupação dos pescadores sobre a pesca da tainha é o período muito curto de pesca, em torno de 30 dias. E com a proibição de uso de vários equipamentos de pequenos pescadores houve um prejuízo e a federação, através do presidente Ivo, entrou com ação na Justiça tentando cancelar essa decisão. E, felizmente, no final de semana tiveram essa vitória na Justiça com uma liminar autorizando a pesca por, pelo menos, dez dias, mas dentro desse período querem buscar um processo de negociação, um acordo para não serem prejudicados.

Então, houve esse primeiro passo, assumimos um compromisso e queremos aqui honrá-lo com o presidente da comissão de Pesca e Aquicultura para durante esta semana tentarmos resolver essa questão junto aos órgãos responsáveis para que os nossos pescadores possam continuar cumprindo sua função, seu trabalho de pescar e alimentar o nosso povo.

E gostaria de falar sobre o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar nesta última

segunda-feira, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff.

Estou muito otimista pela história que construímos no Brasil de fortalecimento dos investimentos com uma política específica para a agricultura familiar. Temos um Plano Safra normal, que é a agricultura patronal, e agora também o Plano Safra para agricultura familiar. São mais de R\$ 24 bilhões de investimentos, sendo que Santa Catarina tem na agricultura familiar uma economia muito forte, pois mais de 90% dos estabelecimentos são familiares e tivemos nesses últimos anos grandes conquistas.

Destaco aqui uma delas, que é a grande reclamação dos agricultores. Em 1992 fizemos uma pesquisa na região sul e 90% dos agricultores responderam um questionário com a seguinte pergunta: "Qual é o seu maior problema?"

E a resposta da grande maioria dos agricultores foi o acesso ao crédito, a recursos para fazer os investimentos na propriedade. Sejam investimentos a longo prazo, sejam investimentos para o ano agrícola, principalmente para colher a produção anual.

Agora esta questão foi resolvida, depois de muita luta e muita mobilização da agricultura familiar. Nós temos aqui em Santa Catarina, apenas para exemplificar esse crescimento, um aumento significativo nos investimentos. Em 2002, tivemos em torno de R\$250 milhões em investimentos do Pronaf e, no ano passado, na última safra, passamos de R\$2 bilhões, apenas em Santa Catarina.

Então, o que foi investido, deputada Luciana Carminatti, no Brasil todo em 2002, temos agora investido apenas em Santa Catarina. Isso é uma mobilização muito grande dos agricultores, mas é acima de tudo, uma decisão política do ex-presidente Lula e agora da presidente Dilma de avançar investindo na agricultura familiar.

E, além disso, junto com os recursos do Plano Safra temos outros lançamentos importantes como a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Às vezes não vale à pena

investir no crédito, mas tem que ter acompanhamento técnico.

Como que esse agricultor vai produzir para ter renda, ter condições dignas de atividade da agricultura familiar? E outro tema que também foi anunciado é que no PAC 3, anunciado agora em junho, teremos um volume de recursos muito grande no programa Minha Casa, Minha Vida, na agricultura familiar, para os assentados, comunidades quilombolas e indígenas do nosso país.

Além de recursos para investimentos em diversas atividades, também serão melhoradas as condições de vida dos agricultores. Além disso, temos também o lançamento do Programa Nacional de Agroecologia, agora com recursos à disposição do Pronaf Agroecologia, que possibilita crédito para o custeio de sistemas de produções agroecológicas e orgânicas a taxas de juros de 1% ao ano para produtores que querem investir na transição agroecológica.

Também o Pronaf Jovem que é outro programa para a juventude ter acesso ao crédito.

O Seguro Agrícola também se amplia, com limite de cobertura da renda líquida de até R\$ 20 mil que possa garantir 80% da perspectiva da receita bruta esperada da propriedade quando ela perde a atividade por motivos climáticos.

Ampliação de R\$ 1,2 bilhões para R\$ 1,35 bilhões para agricultores que querem ampliar atividades, beneficiando, principalmente, atividades para a juventude.

O Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar é outra política importante.

Programa de Aquisição de Alimentos. Programa de Alimentação Escolar que passa a ter R\$ 1,1 bilhão para o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Temos aqui importantes investimentos anunciados neste Plano Safra. Nós com certeza podemos comemorar.

Também sempre fizemos um apelo, um pedido importante e especial para que o estado de Santa

Catarina, para a Secretária de Agricultura construa um Plano Safra anual.

Nós já temos vários estados no Brasil que tem um Plano Safra para agricultura familiar em nível de estado. E em Santa Catarina temos um investimento ainda muito baixo nos programas para a agricultura familiar, também precisamos de investimentos por parte do estado. Muito se reclama do novo pacto federativo, mas o que se espera é que, no mínimo, a parte dos 22% de arrecadação que a população paga em impostos que o estado também faça a sua parte investindo mais na agricultura.

O orçamento ainda é muito baixo em termos de representação da agricultura familiar na economia catarinense e gera um movimento muito grande o setor da agricultura em nosso estado, mas o investimento nessa área, em contra partida, é muito pequeno.

Poderíamos com certeza ampliar muito mais a produção e as condições de vida da nossa agricultura familiar se tivéssemos, além do Plano Safra Nacional, que investe somente no crédito mais de R\$ 2 bilhões do Pronaf no nosso estado, investimentos também em programas especiais, importantes para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, quero inicialmente registrar que hoje recebemos a visita de vários vereadores e vereadoras do nosso estado, dentre eles: Jaquinho Silva, do município de Camboriú; Pedro Trevisol, do município de Guaraciaba, que é presidente da Câmara de Vereadores e presidente da comissão que trata dos assuntos dos proprietários atingidos pelas obras da BR-63, no extremo oeste catarinense; também o vereador João de Andrade, vereador Padilha e outras. É importante sempre valorizar o empenho

dessas pessoas pelas suas comunidades e pelo estado de Santa Catarina.

Nós ontem quando chegávamos à cidade de Balneário Camboriú, ouvíamos o programa do meu amigo Tigrão, no canal 100, na *Rádio Menina FM*, na TV Mocinha, que entrevistava o Valdir Walendowsk, presidente da Santur em Santa Catarina. Ele falava das obras do centro de eventos da cidade de Balneário Camboriú, uma cidade polo do turismo em nosso estado que, em nível nacional destaca-se, juntamente com Florianópolis, mas ainda não possui um centro de eventos. E vem acontecendo um trabalho longo, através do governo do estado, da secretaria de Turismo, da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, da Câmara de Vereadores, das lideranças do CDL e de todas as entidades, objetivando a construção de um centro de eventos.

E ontem, ouvi Valdir Walendowsk, na *Rádio Menina FM*, em entrevista para o meu amigo Tigrão, dizendo que hoje começa a demolição do atual centro de eventos de Balneário Camboriú.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Infelizmente, essa construção é acanhada, não comporta mais a estrutura do município que possui 20 mil acomodações, apenas na rede hoteleira.

E as imagens seguintes que estamos vendo são do novo centro de eventos, que será construído na nossa cidade de Balneário Camboriú e será referência em nível de Brasil, terá três centros de convenções dentro dessa grande obra, e vai voltar a colocar aquela cidade como polo de eventos, convenções e congressos, que são realizados em nível de Brasil.

O atual centro de eventos não comporta mais eventos de grande porte, e estamos vendo na imagem seguinte como ficará o novo centro de eventos que será construído.

Hoje, iniciaram-se as obras de demolição do antigo centro de eventos, do pavilhão da Santur, sendo que o objetivo é reaproveitar algumas das estruturas para leilão e dar espaço à construção desse moderno centro de eventos.

Esse centro de eventos terá um investimento de R\$ 75 milhões, sendo R\$ 55 milhões do governo

federal, via Caixa Econômica Federal, e R\$ 20 milhões do estado de Santa Catarina.

Então, é muito importante fazer esse registro. E a população de Balneário Camboriú e de toda região - porque Balneário Camboriú ajuda na questão do turismo e do comércio, assim como Brusque, Itajaí, Itapema e o parque Beto Carrero World, no município de Penha - efetivamente vai ganhar, e muito, com a construção desse centro de eventos.

Houve muito debate, sempre no bom sentido, na busca do melhor projeto para o centro de eventos de Balneário Camboriú.

Portanto, quero dizer que esse trabalho não esteve parado. Houve uma preocupação muito grande do governador Raimundo Colombo, que já assinou o contrato com a Caixa Econômica Federal, e todos os atos foram feitos. Ontem, no Programa do Tigrão, o sr. Valdir Walendowsky deu uma entrevista - e eu também ouvi - dizendo que hoje pela manhã estaria no Parque da Santur. Passei hoje pela manhã por lá, quando saía de Balneário Camboriú com destino à Assembleia Legislativa, e pude perceber que já havia algumas pessoas, mas que o secretário Valdir Walendowski ainda não havia chegado. Mas certamente hoje ele vai ao município de Balneário Camboriú para que efetivamente esse seja o primeiro ato, o primeiro sinal da construção do novo centro de eventos.

Gostaríamos também de registrar que estivemos hoje no DNIT tratando de alguns assuntos referentes às rodovias catarinenses e às obras que estão sendo realizadas. Queremos fazer o registro de que fomos muito bem atendidos e orientados. Acompanhamos as lideranças dos municípios de Guaraciaba e São José do Cedro para tratar da questão das rodovias. A BR-163 está recebendo investimentos grandiosos do governo federal da ordem de R\$ 194 milhões e, claro, esse é um investimento que vai trazer um benefício muito grande para a região e para o estado de Santa Catarina. Mas, claro, nesse momento, deputado Eni Voltolini, traz algumas dificuldades, obras sempre trazem preocupações. Então, houve tratativas a

respeito dessa questão e também da indenização, já que propriedades serão atingidas com as obras.

Mas as explicações foram muito boas e vimos que o sr. Vissilar Pretto, superintendente do DNIT em Santa Catarina, e toda a sua equipe têm na mão as obras que estão acontecendo, as dificuldades e o que tem que ser resolvido.

Isso nos deixou bastante animados. Inclusive, falaram que com relação às obras das BRs 280 e 470 em torno de 900 proprietários de imóveis, que serão atingidos, receberão indenização. Citou o caso da BR-282 onde 95% ou mais a indenizações ocorreram em consenso, em comum acordo, de forma administrativa, sem precisar de ação judicial.

Então ficamos contentes com essa visita porque vimos a preocupação do DNIT em relação às obras das BRs e também já acompanhamos os planejamentos para as BRs 470 e 280.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Mauricio Eskudlark, nós temos ainda quatro minutos para o horário destinado aos Partidos Políticos.

Consulto a deputada Luciane Carminatti se gostaria de fazer uso deste espaço de tempo ou deixamos para depois?

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sim, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Então, até o horário regimental das 15h, quando adentraremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Então, v.exa. fará uso da palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada, sr. presidente, farei uma fala bastante breve, mas quero em primeiro lugar destacar o empenho em consolidar a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina. Quero resgatar que essa Defensoria Pública só tem sido possível, viável, tendo em vista a participação dos próprios defensores da nossa sociedade, dos analistas e técnicos da

associação dos defensores públicos. Também pela própria pressão que a Constituição Federal de 1988 determina uma vez que Santa Catarina foi um dos últimos estado a implementar esse direito ao cidadão catarinense. E essa prerrogativa apenas foi possível porque o Supremo entendeu que a Constituição precisa ser cumprida.

Então, fazendo essa transição da Defensoria Pública, aliás, da Defensoria Dativa para a Defensoria Pública, acumulamos pouco mais de um ano de implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina, e temos apenas 21 núcleos da defensoria que não cobre todas as cidades catarinenses. A Defensoria Pública conta hoje com 60 defensores nomeados, mas 18 já desistiram em função do salário não ser atraente, comparado com os demais estados. Os servidores e os técnicos não são em quantidade suficiente, ainda temos a dificuldade com relação ao orçamento que não foi implementado. Inclusive, na semana passada eu fiz uma manifestação solicitando ao coordenador da Defensoria Pública que pedisse ao governo a retirada de projeto de lei que criava o Fundo da Defensoria Dativa, o que nos ocasionou bastante perplexidade, porque esse modelo já foi inclusive contestado pelo tribunal da quarta região que julgou a proibição dos convênios com a Defensoria Dativa, ou seja, com a OAB, sem que a Defensoria Pública fosse consolidada, instalada e fortalecida.

Então, a minha fala no dia de hoje é porque nós estamos aguardando a aprovação da lei. Ontem a CCJ aprovou o projeto de lei enviado pelo Executivo que trata da criação de mais 60 novos cargos para que possamos chamar os novos defensores públicos. O governo deu entrada a esse projeto de lei criando 30 cargos para serem chamados agora no mês de julho deste ano e mais 30 em março do ano que vem.

Então, fizemos uma ação em conjunto. A CCJ aprovou hoje de manhã, e quero agradecer a posição, a postura do presidente da comissão de Finanças que compreendeu a situação em que nos encontramos, na medida em que tem um período

eleitoral pela frente e precisamos acelerar. A comissão de Finanças e a comissão de Trabalho também aprovaram, e quero agradecer ao deputado Mauro de Nadal. Nós estamos fazendo um movimento para que entre na pauta no dia de hoje e possamos ter mais 60 defensores aprovados para serem chamados, portanto, o segundo passo da Defensoria.

Mas quero dizer que há muito a avançar, nós reconhecemos esse caminho que está sendo construído, entretanto, precisamos avançar no sentido de que o governo também envie para cá imediatamente o projeto de lei que amplia servidores, que são os analistas e técnicos. E precisamos também do projeto de lei que cria o Fundo da Defensoria Pública.

Então, eu quero fazer este pedido em nome da Defensoria Pública porque eu tenho convicção de que este modelo é o melhor. Nós temos acompanhado o trabalho dos defensores, e para quem ainda não tem conhecimento, os defensores públicos têm atuado principalmente para evitar o processo judicial, ou seja, na mediação do conflito, e têm tido muito sucesso.

Milhares de audiências já foram realizadas com um saldo extremamente positivo, mas os defensores estão atuando nos Conselhos, na prevenção e no caráter educativo da Defensoria.

Então, quero deixar aqui o meu registro, dizendo que vamos continuar lutando para que a população mais pobre, que ganha até três salários mínimos, possa ter acesso à Justiça gratuita.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PP. Com a palavra, o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, senhores

deputados, senhoras deputadas. Amigos da TVAL e da nossa Rádio Alesc Digital.

Amigo Cuco, produtor de areia lá do sul, que nos visita. Agradecemos a sua presença neste Parlamento.

Sr. presidente, eu tive o privilégio e a satisfação de, no final de semana passado, junto ao governador do estado e ao presidente da Assembleia, fazer uma incursão a Nova Iorque, numa busca de parceria em uma tecnologia de excelência, deputada Ada Faraco De Luca, v.exa. que já se pronunciou nesta tribuna sobre este tema. Nós, que já temos sido recorrentes desde o primeiro mandato, e eu estou no quarto mandato frente a este Parlamento, temos debatido sobre a utilização do carvão mineral catarinense.

Nós desencadeamos uma bandeira que foi capitaneada pelo presidente Joares Ponticelli, tendo como signatários todos os demais pares e de maneira especial os deputados do sul de Santa Catarina. Uma das três bandeiras, o combate às drogas, o Código Florestal, Código Ambiental, é a defesa do carvão mineral catarinense, em parceria com o estado do Rio Grande do Sul e também o estado do Paraná.

Mas a linha e a vertente buscada foi sempre com o objetivo de gerar energia a partir do carvão. E sempre tivemos um contraponto muito forte pelo prisma das questões ambientais muito severas, apesar de que no mundo todo 42% da matriz energética é o carvão, e aqui no Brasil tão somente 1,6%.

Quando percebemos que a Alemanha, que se posiciona ambientalmente correta, coloca à disposição mais 5.800 megawatts de energia a partir do carvão, chegando a 44% da sua matriz energética; a China chega de 80% a 82%; a Polônia 98%, os Estados Unidos mais de 50%, enfim.

Mas tive a oportunidade de visitar ainda em 1985, com o governador Luiz Henrique da Silveira, e o caracterizo como um visionário que impulsionou esse processo, quando visitamos em Saint Petersburg os laboratórios da Fischer & Tropsch de 1910 produzindo diesel, querosene e graxa,

lubrificante a partir do carvão mineral. Isso em 1910, que, aliás, quando se fechou o cerco do Hitler às máquinas, a Alemanha foi tocada e gerida através do combustível a partir do carvão.

Na China, na Alemanha e em tantos países tive a oportunidade, pois o Parlamento me permitiu essa condição, de lá observar os subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão. Por eles terem um carvão de maior excelência, de menor teor de cinza comparado ao nosso, quando lá a cinza chega a 5% e no Brasil a 70% de impurezas.

Eu disse: são nessas impurezas que estão agregados os grandes valores. Mas como não temos tecnologia, fica jogada ao relento com custo altíssimo para o envelopamento, para o depósito adequado de acordo com a legislação, onerando o custo da energia e, conseqüentemente, o consumidor, que é o contribuinte.

Eu tive o privilégio, deputado Eni Voltolini, de ir à reunião ontem lá em Nova Iorque, e visualizar um tema que já existe em 23 plantas em nível de planeta produzindo nitrato, sulfato de amônia, gerando fertilizante a partir do carvão. Processo esse que dispensa a combustão, a queima porque é injetada a água, a capacitação do hidrogênio e nessa composição da divisão das partículas se busca a uréia. E nós importamos o fertilizante hoje basicamente da Ucrânia, da Rússia, são 30 milhões de toneladas que o Brasil consome e importa.

Essa planta que será destinada a Santa Catarina, vai conseguir suprir 10%. Mas isso desencadeia todo um processo que efetivamente é uma consequência extremamente positiva. Vai virar um campo carboquímico, carbofertil porque se produz o insumo básico, que é o gás e, a partir do gás, pode construir plástico, querosene, gasolina, óleo diesel, gerar energia, distribuir o gás através da integração da SCGás, dando segurança jurídica ao nosso investidor ao nosso catarinense de sermos autossuficientes e a condição de poder exportar.

O Brasil está buscando a sua expansão territorial para a produção agrícola, em que temos

o recorde, passamos dos Estados Unidos na produção de grãos. Porém, utilizamos fertilizantes à proporção de 1/3 do que eles utilizam, ou seja, nós podemos potencializar em duas vezes mais a nossa produção com o mesmo território que temos.

Mas evidentemente que não podemos ficar refém como, por exemplo, da Bolívia, do gasbol, como aconteceu agora na Croácia, na Ucrânia, uma planta que gera 6% de fertilizantes no mundo e que as outras 22 não vão ter condições de substituí-la porque lá estão no seu limite total de capacidade de produção. Isso significa dizer que vamos ter aumento de fertilizantes e, conseqüentemente, no alimento do nosso povo brasileiro.

Isso se estabeleceu por falta de um posicionamento político, de um propósito específico.

Mas esse é um investimento no valor de US\$ 2,7 bilhões que vai desencadear a redenção não apenas do sul, mas de Santa Catarina. Essa é a primeira planta da América do Sul e esta vindo pela necessidade premente, urgente de fertilizante para que este país com essa dimensão continental, com solo fértil e um clima temperado, com a tecnologia, possa ser o celeiro na produção de alimentos de todo o planeta.

Por isso, vejo com muita convicção esse assunto. O governador está totalmente empolgado e penso que é chegado esse momento. No próximo dia 5 teremos a primeira audiência com a presidente Dilma, com a vinda dos americanos aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, membros da Mesa, caros colegas, telespectadores, ouvintes da Rádio Alesc e imprensa em geral, o deputado Valmir Comin acabou

de falar sobre o mesmo assunto que vou me reportar. Retorno a essa tribuna na data de hoje, para dar continuidade ao tema tratado no meu último discurso aqui na sessão plenária. Trata-se do passo que está se dando para o desenvolvimento da região carbonífera, no sul do nosso estado: o processamento do carvão.

(Passa a ler.)

"Na última segunda-feira o governador Raimundo Colombo e sua comitiva estiveram em reunião com um grupo multinacional, a TransGas em Nova Iorque. Neste segundo encontro o grupo americano vislumbrou as excelentes oportunidades no crescimento no consumo de fertilizante pela força da agricultura, como já tinha me referido, por sermos o maior produtor de grãos e não termos os insumos e os adubos.

A linguagem do nosso eminente colega Valmir Comin é um tanto quanto diferente da minha. Com a vinda dessa empresa a força da agricultura vai realmente reagir. Nós já atingimos uma produção de 200 milhões de toneladas de carvão por safra, mas não temos a parte de adubos suficientes. Até temos, mas o preço é alto. O sul do estado está em uma região promissora de negócios relacionados ao carvão. E o fator levado em conta para o investimento em Santa Catarina é que possuímos hoje uma reserva de três bilhões de toneladas de carvão. Esses dados mostram todo o potencial ainda não explorado na nossa região carbonífera.

O projeto da unidade de fertilizantes, nitrato de amônia e uréia está pronto e prevê um investimento de mais US\$ 2,5 bilhões. A TransGas, detentora da tecnologia, garante que quando entrar em atividade a empresa não causará, isso é muito importante, nenhum tipo de poluição ambiental, como se referiu aqui o deputado Valmir Comin, uma vez que não prevê a queima do carvão durante todo o processo. A construção dessa fábrica está prevista para ser concluída num prazo de 39 meses e empregará cerca de cinco mil operários, no qual ativará, sim, o potencial econômico do nosso sul do estado. Depois de pronta, terá aproximadamente 400 empregos diretos e 600 indiretos.

Estou certa ou estou errada, deputado Valmir Comin?

Como bem ressalttei na última fala, essa indústria terá a capacidade depois de concluída de produzir seis mil toneladas por dia de nitrato de amônia e uréia, componentes para produção de fertilizantes, e isso tornará nosso país autossustentável nesse segmento e economicamente falando trará representatividade e demonstrará com mais pujança o crescimento deste estado.

Como representantes do Legislativo e sendo do sul, devemos estar engajados ao estado para que o maior investimento da história catarinense realmente se concretize e se transforme em benefício para toda a sociedade, revertendo em emprego, renda, oportunidade de trabalho, novos negócios, desenvolvimento tecnológico e aproveitamento do carvão, que já foi o ouro negro.

Caros colegas de plenário, como representante do sul, em nome de toda a comunidade do sul de Santa Catarina e do estado, quero agradecer a iniciativa do governo do estado e a sua comitiva que foi a Nova Iorque e lembrar que estamos todos na luta. Vamos aguardar ansiosos pelo encontro do governador Raimundo Colombo, uma comitiva e a cúpula da TransGas com a presidenta Dilma Rousseff no próximo dia 5, em Brasília."

Esperamos que o saldo seja positivo e que esse investimento realmente seja viabilizado o quanto antes. Santa Catarina e o sul agradecem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Valmir Comin pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, o tema que a deputada Ada Faraco De Luca trouxe é palpitante, e, continuando na esteira do que já abordamos, observamos que há 23 plantas dessa no planeta.

Quando falo que o Brasil precisa tomar uma posição com propósito específico é no sentido de que precisa dar segurança jurídica ao seu povo.

Não podemos ficar reféns de uma situação, como acontece hoje com o gás da Bolívia. Se houver qualquer boicote por uma relação entre os dois países, como aconteceu na Rússia e na Ucrânia, vamos ficar reféns e as indústrias sem poder operar.

Então, isso é muito grave, é muito sério. E se temos um jazimento, que é nosso por excelência, que a Providência Divina nos concedeu, são 32 bilhões de toneladas, deputada Ada Faraco De Luca, dividido entre os três estados, sendo que dois com 700 milhões a três bilhões de toneladas aqui em Santa Catarina, mas 90% do jazimento está no Rio Grande do Sul. Porém, o nosso carvão por ter um grau de impureza um pouco maior, tem um teor de enxofre maior, que é importantíssimo nessa questão, pois possui um fator chamado metalúrgico. O energético é usado para viabilizar a geração de energia e o metalúrgico nas fundições, como é o caso da Tupi, que consome milhares de toneladas para derreter o aço, para as estruturas deste país afora.

Estamos lutando há tantos anos para que o governo federal permita a geração de energia a partir do carvão. Em um dos meus primeiros pronunciamentos nesta Casa sobre fontes renováveis, como energia solar, eólica, hídrica, de biomassa, mas que são muito vulneráveis tendo em vista a participação de São Pedro, com momentos de estiagem, de precipitação, corremos dois sérios riscos iminentes de apagões nos últimos anos.

Um país emergente como o nosso não pode dispensar, sob hipótese alguma, qualquer tipo de fonte de geração de energia, quer ela renovável ou não. E a energia a partir do carvão é uma energia firme que precisa estar inserida no contexto integrado nacional com a carga mínima. Mas no momento em que houver estiagem no país, a mina estará pronta, a usina estará operando, é só colocar mais massa, mais carvão para suprir a demanda. Isso é segurança!

Agora, ter a oportunidade de, através da pesquisa e do desenvolvimento, porque aqui vai ser instalado o Centro de Referência em P&D - Pesquisa

e Desenvolvimento - da TransGas e vai se espalhar para toda América do Sul. Nós vamos trazer para cá um banco de dados rico em conhecimento que virá nesse intercâmbio de catarinenses com alemães, com americanos, aperfeiçoando a técnica e o conhecimento, que é um legado que não tem preço.

Agora, gerar fertilizante significa dizer que o nosso produtor rural terá um produto mais acessível, com preço mais flexibilizado, com segurança e conseqüentemente ganha a população, porque diminui o custo Brasil, diminui o custo arroz, do feijão, da massa, enfim, de todos os derivados da produção agrícola na mesa do consumidor. E virá porque está atropelando o processo. E não foi ninguém que foi capitanear isso, não! Não foi o governo federal que criou um projeto específico para isso e muito menos o estado. Mas acreditaram nessa demanda e os investidores estão prontos para investir. E o presidente da TransGas disse: "Nós vamos estabelecer o jogo. Eu só espero que na hora que a bola estiver na marca do pênalti não seja mudada a trave, na hora de chutar." Fazendo uma reflexão sobre alguns investimentos como, por exemplo, os investimentos do Eike Batista, que aqui não pode ser construído gerando cinco mil empregos, mas no Rio de Janeiro, hoje, é uma realidade. Que se apresente um termo de referência e que se adote uma postura dentro do cumprimento de uma legislação ambiental, mas que no decorrer do processo não tenha surpresas e mudanças. Isso é dar segurança jurídica! Fazer como o governo federal fez com o gasbol, que chamou todas as entidades interessadas, as instituições, as fundações, os órgãos competentes, colocou na mesa e disse: "Essa é uma questão de estratégia nacional."

Portanto, façam o contraponto, mas busquem o encaminhamento sensato com medidas compensatórias se for necessário, mas ajudem a viabilizar esse investimento.

Por essa razão vejo com muita expectativa e esperamos agora no dia 5 a vinda do diretor-presidente da TransGas, junto com a presidente

Dilma Rousseff, que virá a Santa Catarina e, posteriormente, à região carbonífera para que possamos no mais breve espaço de tempo possível regradar essa questão ambiental e começar a efetiva construção dessa obra que irá se tornar uma grande carboquímica para economia, dando qualidade de vida, emprego e renda ao povo de Santa Catarina e, de maneira especial, ao sul do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Retornamos há pouco de uma audiência acompanhando a diretoria da Abvesc - Associação dos Bombeiros Voluntários do estado de Santa Catarina -, no Ministério Público com o dr. Lio Marcos Marin e dra. Walkyria Ruicir Danielski, para tratarmos mais uma vez do funcionamento do trabalho dos bombeiros em Santa Catarina.

Temos, infelizmente, 171 municípios catarinenses que não têm bombeiros e é preciso que essa omissão do estado seja resolvida, ou seja, que o estado possa suprir essa demanda e instalar uma unidade de bombeiros nesses municípios. Em diversos outros municípios onde não há bombeiro militar, instalou-se o bombeiro voluntário e isso já foi objeto de grandes debates nesta Casa. Temos corporações com mais de 120 anos, como é o caso de Joinville; outras com mais de 30 anos, como Concórdia, Caçador, Jaraguá do Sul e outras cidades que são atendidas pelos bombeiros voluntários.

Aprovamos uma emenda constitucional nesta Casa regradando essa matéria, mas, infelizmente, continua acontecendo no campo administrativo e burocrático os impedimentos para que, de fato, os bombeiros

voluntários possam atuar dentro de suas competências nos municípios que estão instalados.

E nessa reunião buscamos garantir que onde há o bombeiro voluntário trabalhando que eles possam continuar com tranquilidade e que os bombeiros militares possam fazer um esforço para se instalarem nessas 171 cidades, que não são servidas nem por um e nem por outro.

Então, nesse encontro debatemos esse assunto e devemos ficar atentos a um debate que está acontecendo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, onde há matérias tramitando que poderão regradar esse funcionamento dos bombeiros. Há, inclusive, matérias querendo atribuir esse serviço de forma exclusiva aos bombeiros militares, o que viria contra aquilo que é a nossa tradição centenária de participação dos bombeiros voluntários.

O que na verdade todos querem é que as duas corporações possam atuar onde estão atuando, já que fazem um belíssimo trabalho até porque a população quando é atendida e quando esta numa emergência ela não pede bombeiro militar, voluntário ou comunitário, ela quer apenas ser atendida.

Portanto, temos cidades que são atendidas apenas por bombeiros voluntários e é impressionante a quantidade de vezes que essas corporações têm que se mobilizar para conseguir continuar trabalhando.

Queria, neste dia, além de abordar esse assunto, enaltecer o trabalho dos bombeiros em Santa Catarina, de todas as corporações, sejam militares, voluntários ou comunitários, mas de forma especial, elogiar os bombeiros voluntários que, por omissão do estado, assumiram a função de estar presente e estão atuando, trabalhando e fazem um belíssimo trabalho.

Gostaria de pedir que a nossa bancada catarinense, os nossos deputados federais, deputada Ana Paula, fiquem atentos para que não aprovem nenhuma medida impeditiva ao funcionamento destes bombeiros. Deputado Eni Voltolini, é importante a participação de Joinville nesse

processo que deve impedir qualquer tipo de aprovação de emenda que possa decretar o impedimento de trabalho dos bombeiros voluntários, que fazem um trabalho tão bom e tão bacana por Santa Catarina, assim como fazem as demais corporações de bombeiros militares e comunitários.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Senhor Deputado Eni Voltolini - Agradeço o aparte, deputado Neodi Saretta, apenas gostaria de dizer que, ontem, na sessão especial ocorrida em Joinville, essas questões também foram tratadas, e que pouco tem valor o esforço todo que está sendo feito em Santa Catarina se o convencimento do Brasil não estiver na mesma direção, porque às vezes esquecemos que esta questão do voluntariado presente especialmente em grupos de bombeiros não é uma característica do Brasil, mas sim de quatro ou cinco estados da federação. E aí não é de se estranhar que no Congresso Nacional o assunto de bombeiro voluntário não tenha ressonância. Então, nos cabe, cabe ao nosso fórum parlamentar catarinense, a todas as outras bancadas dos estados intensificar, ampliar a voz, porque em muitos estados da federação o voluntariado é algo que inexistente.

Então, é oportuna a sua fala e esperamos que possamos contribuir nessa direção.

Obrigado pela oportunidade!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado a v.exa., deputado Eni Voltolini, por este aparte que contribuiu muito. Esperamos, portanto, que a nossa bancada no Congresso Nacional fique atenta assim como nós aqui em Santa Catarina estamos. Fomos nesta audiência mais uma vez e acho que a Assembleia Legislativa está com o conjunto dos deputados à disposição para ajudar na intermediação das conversas para garantir, acima de tudo, que Santa Catarina continue esse atendimento importante que tem hoje das nossas corporações de bombeiros.

Muito obrigado, senhor presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Senhores deputados e sras. deputadas, temos na pauta para a Ordem do Dia a votação e apreciação de um PLC que trata da Defensoria Publica, alterando alguns anexos e criando alguns cargos. Portanto, precisamos, no mínimo, de 21 votos.

Nós já fizemos um apelo aos gabinetes dos srs. deputados e das sras. deputadas, mas, novamente, reiteramos para que os parlamentares façam o possível para que às 16h tenhamos quórum para deliberar sobre esse PLC.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria exatamente de tratar deste assunto, reiterando a importância da votação desse projeto de lei complementar, que permite, antes do período eleitoral, termos mais 30 defensores públicos nomeados. Já fiz contato com várias lideranças de partidos e gostaria de fazer o pedido para que os líderes também insistam junto as suas bancadas para termos os 21 deputados no Plenário, no mínimo, para que se aprove esse PLC. Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero agradecer a presença de duas personalidades que estão visitando esta Assembleia Legislativa, que estão acompanhando o Projeto de Lei n. 0110, para concessão de uso remunerado de um terreno no município de Bom Jardim da Serra. E, pasmem, sr. presidente! O prefeito da cidade não sabia desse empreendimento que o governo quer fazer naquela cidade e de iniciativa privada, e muito menos a Câmara de Vereadores.

Então, o secretário de Turismo de Bom Jardim da Serra, sr. Jorge Rodrigues, e também o vereador José Lauri Pereira, estiveram presentes nesta Casa para tomar conhecimento do que vai acontecer ou o que está para acontecer no município deles, e é de extrema importância que a população tenha conhecimento.

Dessa forma, solicitei, na comissão de Constituição e Justiça, vistas a esse projeto e uma audiência pública, para que possamos ouvir a comunidade daquele município tão bonito e importante para o estado de Santa Catarina. A comunidade precisa ter conhecimento dos empreendimentos que por ventura possam acontecer no município.

Então, boas-vindas ao vereador da cidade de Bom Jardim da Serra, que esteve no nosso gabinete e ao secretário de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Da mesma forma esta Presidência deseja boa estada neste Parlamento ao vereador e ao secretário de Turismo da cidade de Bom Jardim da Serra.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero iniciar louvando a iniciativa do governador do estado que nomeou para o Conselho Estadual de Educação Yuri Becker, que é presidente da União Catarinense de Estudantes, um rapaz que apesar de ser muito jovem, ter pouca idade, tem muito acúmulo político, é preocupado com o Brasil e também com Santa Catarina, com a educação, e foi nomeado ontem para o Conselho Estadual de Educação.

Até saiu que era a primeira vez que isso acontecia, mas não é a primeira vez, porque na década de 80 já tivemos o mesmo fato e estamos recuperando essa história, mas faz tanto tempo que nem lembramos que já houve a participação de estudantes no Conselho Estadual de Educação.

Certamente para nós, que vemos a educação como um pilar fundamental para a transformação da sociedade, a participação dos estudantes no Conselho Estadual de Educação não é apenas uma boa notícia, ou melhor, é uma surpresa que seja uma boa notícia, porque é de uma obviedade tamanha que nem surpresa deveria ser para nós, deveria ser um fato comum. Mas, na verdade, há muito tempo não temos ninguém dos estudantes representando o Conselho Estadual de Educação.

E queria tratando de educação e do esporte também como ferramenta de educação, dar a notícia a todos os parlamentares de que no dia 3 de junho, às 19h, no nosso Plenário, teremos uma sessão especial em homenagem aos dez anos dos Jogos Paradesportivos de Santa Catarina, o nosso Parajasc.

O Parajasc foi criado no governo de Luiz Henrique da Silveira numa iniciativa que teve ampla participação dos servidores da Fesporte - e destaque o João Cascaes, que foi meu colega no tempo que fiz a faculdade de Educação Física -, e hoje é um evento que está completamente consagrado no nosso calendário.

Aliás, neste momento ocorre o 10º Parajasc na cidade de Chapecó, que foi a cidade que teve o primeiro Parajasc, e para a nossa alegria o décimo aniversário os Jogos Paradesportivos também acontecem lá.

Eu acompanhei algumas edições do Parajasc, inclusive as primeiras, junto com o João Ghizoni, e fiquei impressionado com o que o esporte é capaz de fazer na vida de uma pessoa que nasce ou adquire ao longo da vida alguma incapacitação intelectual ou física.

O esporte é uma ferramenta de construção de autoestima, é uma ferramenta, como é o caso do Parajasc, importantíssima de integração entre as pessoas que sofrem, ao longo de sua vida, algum tipo de restrição na sua condição física ou intelectual, mas, principalmente é um grande ensinamento para as pessoas "ditas normais", entre aspas.

Hoje os jornais noticiam uma experiência belíssima de alguns vereadores que saíram nas ruas com os olhos vendados para entender o quanto as nossas cidades são limitantes para uma pessoa com alguma deficiência física ou intelectual. Elas são pensadas para um padrão de comportamento que nem todas as pessoas ostentam.

Portanto, quando comemoramos o décimo aniversário do Parajasc não estamos falando somente de esporte ou de pessoas com deficiência. Estamos tratando eminentemente da nossa humanidade e de como concebemos as políticas públicas e as cidades, considerando essa diversidade, considerando as pessoas cadeirantes e as pessoas com deficiência visual.

Aqui em Florianópolis às vezes vemos que em algumas calçadas a sinalização para as pessoas com deficiência visual termina num poste, num orelhão, em algum obstáculo que certamente vai causar algum problema.

Para nós, o décimo aniversário do Parajasc é um grande feito a ser comemorado e por isso convidamos todos os parlamentares para estarem aqui conosco no dia 3 de junho, às 19h, no plenário da Assembleia Legislativa. O evento é aberto para toda a comunidade, para todas as pessoas de Santa Catarina que queiram comemorar conosco esse grande feito de Santa Catarina, que são os dez anos do Parajasc.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, José Carlos Pangratz e do vereador Renato Pike, que estão na nossa Casa acompanhados do deputado Eni Voltolini.

Sejam bem-vindos e que esta Casa de Leis sirva de instrumento para vocês exercerem a função de vereador. Um grande abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital...

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado, quero apenas registrar a presença do prefeito Manoel Viana de Souza, da cidade de Imaruí, que está visitando esta Casa.

Obrigado, deputado Darci de Matos, pela sua sempre fraterna atenção.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na segunda-feira foi comemorado no Brasil o Dia dos Lotéricos. E hoje à tarde temos a presença neste plenário de parte dos 400 lotéricos de Santa Catarina. Estão aqui alguns representantes do sul, do oeste, do meio-oeste e do norte, da nossa cidade de Joinville. O Gilmar, de Criciúma, que é o presidente do sindicato, não pôde vir, mas temos a presença do vice-presidente do sindicato, o Valério, que, juntamente com o Gilmar e a diretoria do sindicato, constitui-se em uma figura importante do movimento das loterias de Santa Catarina, porque trabalha com muita dedicação, com muita garra, com muito afinco, com muitos sonhos e, sobretudo, sr. presidente, com muito comprometimento com as pessoas carentes do estado de Santa Catarina.

Quero, sr. presidente, lembrar que no ano de 2011 recebemos aqui no Parlamento Catarinense durante um mês e meio, praticamente todos os dias, a presença de centenas de empresários que atuam no ramo de loterias no estado de Santa Catarina.

Travamos um debate profundo, duro, difícil e conseguimos, sr. presidente, revogar uma lei que havia sido aprovada há pouco meses no Parlamento Catarinense que exigia vigilância armada nas lotéricas de Santa Catarina. Não foi fácil porque houve uma pressão muito forte da associação, da federação e do Sindicato dos Vigilantes do Estado, mas naquele momento conseguimos com a grande mobilização dos lotéricos argumentar para os parlamentares e à sociedade catarinense os motivos que nos levavam a defender a revogação da lei. Fomos vitoriosos quando votamos a lei no plenário e tivemos uma votação unânime.

Muito bem, alguém que está nos acompanhando neste momento pode dizer: "Deputado, as lotéricas não precisam de segurança?" Claro que precisam! Nós aprovamos uma lei em que definimos que até quatro máquinas de operação financeira não precisa vigilância armada. Definimos a exigência de algumas providências, tais como: câmara de monitoramento, porta eletrônica, cofre, enfim, uma série de outras providências. Mas apenas acima de quatro máquinas de operação financeira a exigência de vigilância armada.

As lotéricas todas que trabalham com recursos, com dinheiro precisam de segurança, mas não podemos atribuir essa tarefa, essa incumbência ao caixa, ao baixo faturamento das lotéricas, não! A segurança, a incumbência, o dever e a responsabilidade de colocar a segurança nas lotéricas é da Caixa Econômica Federal, que, diga-se de passagem, deputado Mauricio Eskudlark - que é um profundo conhecedor da segurança pública de Santa Catarina -, concede a permissão desse serviço público aos lotéricos do Brasil e tem tido nos últimos anos somente a preocupação com a questão de arrecadação e não tem dado a atenção devida aos lotéricos de Santa Catarina e do Brasil, tem relegado essa questão a segundo plano, não tem atendido, não tem dado atenção e não tem levado adiante os pleitos das lotéricas de Santa Catarina e do Brasil. Isso ficou claro e evidente no congresso brasileiro, que foi realizado aqui em Florianópolis no mês passado, momento em que

tivemos a presença de 748 lotéricos do sul do Brasil para debatermos uma série de questões como a segurança, a sobrevivência das lotéricas, também a questão das taxas, que são pagas às lotéricas quando fazem o recolhimento das contas.

Em 2001, sr. presidente, os lotéricos recebiam R\$ 0,22 por cada conta paga na lotérica. Hoje, sr. presidente, após 12 anos, 13 anos, recebem apenas R\$ 0,37. Algumas pessoas que estão nos acompanhando possam perguntar: "Mas, deputado Darci de Matos, os lotéricos são empresários que arrecadam?" Não! Os lotéricos fazem aquilo que os bancos privados não fazem.

E é comum estarmos num bairro de um município do interior e as pessoas nos abordarem para pedir que achemos uma forma de trazer a instalação de uma lotérica para aquele bairro.

Eles não pedem um banco porque um banco não se instala na periferia das cidades. Os bancos normalmente não têm uma preocupação social, não tem um viés social, mas as lotéricas estão na ponta da linha, as lotéricas atendem o pobre, o carente, as lotéricas atendem à noite, as lotéricas atendem no final de semana, as lotéricas, portanto, fazem aquilo que as instituições financeiras não fazem, não têm interesse.

E, quando acontecem as greves nos bancos, quem salva a sociedade são as nossas lotéricas, são os nossos lotéricos que com muita dificuldade, mas com muito comprometimento social, prestam um serviço relevante à sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar o nobre deputado Darci de Matos por abordar este importante tema. Os lotéricos realmente prestam um grande serviço à comunidade catarinense. Temos certeza de que a defesa que v.exa. faz a esta categoria, que vem sofrendo penalidades, faz jus à reivindicação e ao tema que v.exa. abordou.

Parabéns deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Sei que v.exa. tem sido solidário aos lotéricos, principalmente do norte, do planalto. Temos várias lotéricas em Canoinhas e v.exa. é prova disso, deste trabalho social, deste viés social, deste atendimento às pessoas carentes nos bairros, sobretudo nos municípios do interior do estado de Santa Catarina.

Por isso, estamos aqui. Além da missão de fiscalizar o Poder Executivo e de legislar, a ciência do Parlamento é a interação com a comunidade. A essência do Parlamento é dar vazão aos pleitos da sociedade civil organizada e dos segmentos que muitas vezes não são atendidos e que recorrem a nossa Casa, a nossa Assembleia Legislativa.

Deputado Antônio Aguiar, são 480 casas lotéricas em Santa Catarina, atendendo a nossa população, atendendo os nossos trabalhadores. São aproximadamente cinco mil postos de trabalho direto. Portanto, além deste trabalho social, desse viés social, dessa preocupação com os carentes, com a periferia da nossa cidade, com os municípios do interior do nosso estado, as lotéricas são empreendimentos, são microempresas que geram postos de trabalho sustentáveis e que aquecem a nossa economia.

Portanto, deputado Valmir Comin, o presidente do sindicato é o empresário Gilmar, de Criciúma, aguerrido, um lutador, junto com o Valério e os demais membros da diretoria. E nós comemoramos, entre aspas, na segunda-feira, o Dia Nacional do Lotérico. É claro que nós comemoramos, entre aspas, porque este segmento sobrevive com muita dificuldade em Santa Catarina e no Brasil.

Este dia é de reflexão, um dia de encaminhamento de pleitos, um dia de luta, um dia de trabalho, um dia de esperança em momentos melhores para os lotéricos de Santa Catarina, pois têm um viés social.

E para nós, parlamentares, sr. vice-presidente Valério, senhoras e senhores lotéricos do estado de Santa Catarina, as pessoas que fazem o bem, as

peessoas que atendem os carentes, as pessoas que atendem as pessoas pobres, as pessoas que estão ao lado dos trabalhadores merecem o nosso respeito, merecem o nosso carinho, merecem o nosso apoio e sempre terão o nosso trabalho em prol das causas da categoria dos lotéricos.

Portanto, sejam bem-vindos, um grande abraço, muito obrigado pela presença, e vamos levantar a cabeça porque todos nós juntos, mobilizados e unidos, com certeza, vamos lograr êxito nos nossos pleitos em nível de estado, mas sobretudo em nível federal no que diz respeito à sensibilidade da Caixa Econômica Federal.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Darci de Matos, quero parabenizar v.exa. por abordar este tema. É um segmento, uma vertente que traz capilaridade a todo o Brasil, pois flexibiliza e dá condições de proximidade ao cidadão de poder interagir, de pagar as suas contas e tudo mais.

Por isso, quero me somar ao pronunciamento de v.exa. e incorporar essa pauta de reivindicação colocando o meu nome, o nosso gabinete e a bancada progressista, à disposição para ajudar, dentro daquilo que tiver realmente ao nosso alcance, e fortalecer cada vez esse segmento.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Valmir Comin! Para encerrar, obrigado, sr. presidente. Também o nosso agradecimento efusivo e especial pela presença de vocês, pelo dia de reflexão, de comemoração, sobretudo, aos lotéricos do estado de Santa Catarina e do Brasil. Vamos levantar a cabeça porque quando a causa é justa, com certeza, a vitória é certa.

Um grande abraço. Muito obrigado e parabéns pela contribuição à população catarinense.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero me irmanar ao deputado Darci de Matos e dizer que ele pode contar também com este deputado, e como dizem as pessoas, principalmente do meio do futebol: estamos juntos. Vamos dar o nosso melhor, vamos lutar por isso.

Sr. presidente, eu estava vendo uma notícia ontem e passando, inclusive, essa notícia dentro do meu programa de televisão.

Um menino de cinco anos entregou uma porção de maconha de presente para uma professora numa escola municipal em Campo Grande. Segundo a informação, o Conselho Tutelar foi acionado pela direção da escola e o caso está sendo investigado pela Polícia Civil.

O Conselho Tutelar disse que a criança chegou à escola com a droga e quis fazer um agrado à professora dando-lhe de presente, alegando que uma tia usava todos os dias e gostava. Como a tia usava todos os dias e gostava, ele entendeu também que a professora poderia gostar. Assim, levou a droga para a professora.

A direção da escola confirmou que se tratava de maconha. O Conselho foi acionado e a criança foi levada para um abrigo onde foi ouvida por psicólogos e assistentes sociais. Equipes do Conselho Tutelar e de policiais foram até a residência da criança, e de acordo com a informação, a situação no local era degradante, de total abandono, havia tudo naquela casa.

Estava lá ainda um menino de dois anos, uma adolescente de 14 anos, irmãos do menino, e outro adolescente de 17 anos com um bebê no colo. Todos sem documentos foram encaminhados ao abrigo. O pai está preso por tráfico de drogas e a maconha que estava com o menino tinha sido apreendida.

Simplificando tudo isso, o meio em que esta criança estava vivendo é literalmente de drogas. O pai, preso por tráfico, na casa todos consumiam

droga, a tia gostava e o menino achou que podia agradar a professora levando um pouquinho daquilo que a tia gostava tanto.

Isso mostra, deputado Ismael dos Santos, a que ponto estamos chegando neste país em relação às drogas. Na segunda-feira recebi a informação de que foi derrubada uma casa em Joinville. Quando se fala assim é que a casa, onde eram vendidas as drogas, caiu. Ontem, demos outra informação de outra casa que caiu, também por conta de drogas, e hoje a polícia derrubou outra casa, também por conta de drogas. Isso tudo, nesta semana, são três dias da semana que a polícia, através de investigação ou a detenção de consumidor, encontra cocaína ou *crack*. E em todas as casas havia centenas de pedras já prontas para o consumo. E esse pessoal com várias passagens pela polícia.

Por isso que dizia um comandante de Joinville, que prender em Joinville ou em outro lugar deste país é enxugar gelo, porque a pessoa entra por uma porta, fica lá por algum tempo e logo em seguida está de volta às ruas. Então, a maioria das pessoas presas são distribuidores de drogas, não são os traficantes, pois eles não aparecem. O traficante dificilmente a polícia prende. Eu digo que não é traficante, porque quando se derruba um local desse de drogas é sempre uma casa miserável, de gente que não tem bens, gente que tem muitas vezes um carro velho na garagem, quando tem. E o traficante ganha muito dinheiro e nem aparece. Ele tem os distribuidores que são presos de forma muito comum e depois soltos.

Essa é a situação de hoje, deputado Ismael dos Santos. Nós deveríamos ter incluído no currículo escolar matéria específica, pois hoje é mais importante ter uma aula sobre drogas todos os dias. Isso é mais importante do que geografia, do que história, mais importante do que qualquer outra matéria, porque o nosso maior problema hoje são as drogas, que estão consumindo toda a nossa geração, que está acabando com o futuro de toda nação. Por que não temos nas escolas uma matéria específica ou alguma coisa que trate de maneira específica e diária sobre isso? Porque antes

tínhamos drogas rondando nossas escolas e hoje elas estão dentro das nossas escolas. Aí vão dizer que não se pode fazer isso, porque não existe um preparo para isso. Que se prepare, então, professores ou pessoas específicas para dar esse tipo de orientação.

Há o Proerd da Polícia Militar, que faz milagres. A Polícia Militar, através do Proerd, faz um trabalho magnífico, mas não é um trabalho diário na sala de aula que mostra para os adolescentes as nefastas consequências do uso das drogas. Precisamos é que haja diariamente na sala de aula alguém falando sobre o assunto, mostrando fotos de pessoas famosas, bonitas, que tinham dinheiro e de como ficaram depois que entraram para as drogas, tentando colocar o máximo da realidade para as crianças. Depois que estão viciados, para conseguir reabilitá-los, o governo gasta um horror de dinheiro. Conseguem-se salvar de cada 100 pessoas, duas ou três, do mundo do crack, das drogas menos pesadas talvez até mais.

Então, porque não se gastar o dinheiro do governo para evitar que as crianças comecem a usar as drogas. Essa é uma questão que nos preocupa, pois tenho neto com 13, 15 anos. E as drogas estão aí, sendo servidas como se fosse sobremesa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero hipotecar total apoio ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves. Realmente precisamos lutar juntos para resolver o problema das drogas.

Quero registrar a presença nesta Casa do vereador Pedro Trevisol, presidente da Câmara de Vereadores de Guaraciaba; e também vereadores de São José do Cedro, que vieram à capital para tratar de questões da BR-163.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quero registrar a presença nesta Casa do prefeito da cidade de Agrolândia, sr. José Constante, do vice-prefeito, sr. Urban Dalcanale, desejando-lhes boas-vindas.

Também quero cumprimentar o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina, o Ronaldo, e em seu nome saúdo toda a diretoria.

Faço a solicitação aos srs. deputados e as sras. deputadas para que compareçam ao Plenário a fim de que nesta tarde possamos votar um projeto de interesse da Defensoria Pública deste estado e da sociedade catarinense, haja vista que na semana que vem, devido ao Orçamento Regionalizado, não haverá sessões ordinárias neste Parlamento. Conto com a cooperação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Faço o apelo para que os deputados possam vir em tempo ao plenário, pois temos matérias importantíssimas a serem apreciadas nesta tarde. Assim faremos uma inversão na pauta da Ordem do Dia.

Vejo com satisfação e alegria a presença em plenário do deputado Joares Ponticelli, que vem de uma missão importante no exterior, a quem passo a Presidência da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Senhores deputados e senhoras deputadas, querido amigo, deputado Padre Pedro Baldissera, nesses breves dias acompanhamos o governador, juntamente com o deputado Valmir Comin, que é presidente da Frente Parlamentar do Carvão, junto com outros membros do governo, numa importante reunião. Mais uma etapa, deputado Neodi Saretta, de uma ação coordenada pelo governo do estado, com a participação do senador Luiz Henrique, que esteve no primeiro momento tratando, também do vice-governador, numa reunião, deputado Gelson Merisio,

extremamente positiva com os técnicos da secretaria da Fazenda.

Eu relatava também há pouco, e alguns parlamentares também já comentaram, que amanhã este presidente também utilizará a tribuna e, inclusive, vou distribuir material que trouxemos, porque é extremamente importante o momento em que vivemos, a expectativa que tem o nosso estado de trazer esse empreendimento que vai para o sul do estado. Evidentemente, caracterizando-se como uma grande oportunidade, o maior investimento, deputada Luciane Carminatti, que Santa Catarina já recebeu em qualquer tempo, mas também para o setor produtivo. Especialmente, em função da necessidade de produzirmos cada vez mais fertilizantes para que o Brasil possa cumprir o seu papel de ser o celeiro alimentador do mundo.

Temos uma grande crise na Ucrânia e, às vezes, achamos que essas coisas não nos afeta, mas está fazendo com que o sétimo maior produtor de fertilizantes do mundo esteja, hoje, esteja com suas plantas todas paralisadas, o que vai acabar por refletir no aumento do custo do alimento no mundo inteiro.

Então, nessa perspectiva de produção de fertilizantes aqui, onde conseguiríamos produzir e suprir, deputado Ismael dos Santos, em 10% de tudo aquilo que o Brasil importa, hoje, portanto, reduzir a importação na casa de 80% para menos de 70%, o que seria extremamente importante e nos tonaria ainda mais competitivos. Mas vamos detalhar isso somente para dizer da alegria que tivemos de vivenciar essa reunião muito rápida, pois ficamos mais tempo voando do que no local do evento, mas foi extremamente positivo e este Parlamento precisa participar deste importante momento em que vive o nosso estado.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0046/2014, de origem governamental, que denomina Iara Aparecida de Ataíde o Ginásio de esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0315/2012, de origem governamental, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda modificativa e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Proteção Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0009/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação de Preservação do Meio Ambiente de Nova Trento e Região, do município de Nova Trento.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0062/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei n. 3.616, de 1965, que declara de utilidade pública a Sociedade Catarinense de Engenheiros Agrônomos, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0078/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação dos Mesatenistas de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0081/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional e Cultural de Chapecó (FUNDECH).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0096/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Centro de Referência e Reabilitação em Dependência de Substâncias Psicoativa, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0101/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Figueiredo, com sede no município de Chapadão do Lageado.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0128/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade

pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0462/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Ucrâniano Vesná, de Mafra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0593/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM, de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, deputado Silvio Dreveck.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0025/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre o serviço Disque Idoso no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0036/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigação para a utilização de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), na veiculação de propaganda, na realização de eventos oficiais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0068/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Nair Scaburi Ranghetti o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen, no município de Massaranduba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0389/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui a Semana Estadual de Conscientização do Planejamento Familiar, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de fosse confirmado quórum, pois para o PLC são necessários 21 deputados.

Gostaria que fosse confirmada a presença, caso não tenhamos esse quórum que não fosse colocado em votação o projeto da Defensoria Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós temos a solicitação do líder do governo e de outros líderes para que seja incluída na Ordem do Dia de hoje o PLC n. 0014/2014, que cria cargos de Defensor Público e altera anexos da Lei n. 0575, para isso precisamos de quórum qualificado. Esta Presidência determina então a abertura do painel para verificação de quórum.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu solicito aos srs. deputados e as sras. deputadas que se encontram em seus gabinetes para que venham até o Plenário para que possamos, neste momento, deliberar esta matéria importante para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Vamos aguardar. O deputado Manoel Mota acabou de chegar e garantiu sua presença.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Parabéns para a bancada feminina! Estão todas aqui.

Solicito aos senhores deputados, por favor, que compareçam ao plenário.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)-
Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu solicito, sr. presidente, que o projeto seja votado, na medida do possível, em primeiro turno, segundo turno e redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Vamos atender em homenagem a presença de 100% das deputadas. A bancada feminina mais uma vez dando um bom exemplo.

Vamos colocar em votação a matéria e já antecipo que vamos atender a solicitação apresentada pela deputada Luciane Carminatti, com o aval dos líderes, fazendo a primeira, segunda votação e redação final da presente matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2014, de autoria governamental, que cria cargos de Defensor Público e altera os anexos V e XI da Lei Complementar n. 0575/2012 que cria a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero aqui ratificar o compromisso do governador Raimundo Colombo com o defensor-geral e com a Associação dos Defensores de Santa Catarina, de ainda neste semestre criar mais 60 cargos de defensores. Obviamente que houve a tramitação por parte das comissões nesta casa, mas neste momento estamos aqui através dos colegas deputados ratificando um compromisso do sr. governador com os defensores atuais, com o defensor-geral e, acima de tudo, com a categoria. Então, indico voto 1 para os srs. deputados e sras. deputadas para esta matéria.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Está aberto o painel, para que seja feita a votação nominal.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, este é um assunto palpitante e que nós discutimos e muito na bancada Progressista. E a decisão é que nós precisamos, sim, enaltecer, intensificar e apoiar cada vez mais este tipo de ação, porque vamos ser à disposição cada vez mais Defensores

Públicos para atender a nossa grande demanda reprimida, que é a população mais carente.

Por isso a bancada Progressista encaminha voto 1, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente reconhecendo a importância da matéria, muito embora nós gostaríamos de estar aqui votando um projeto que ampliasse de fato esse número em um número bem maior daquilo que é a necessidade de Santa Catarina, mas neste momento o que está em votação é esse número de vagas e esse número é importante. Portanto, a bancada do PT encaminha voto favorável, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O nosso líder deputado Neodi Saretta já fez o comentário em nome da bancada, mas quero também neste momento ressaltar a importância e também o empenho desta casa a nossa luta incansável de anos e anos em que tivemos, inclusive, uma decisão do próprio Supremo Tribunal Federal sobre este tema, de implantar a defensoria no nosso estado.

Atuamos pela parte da manhã na comissão de Finanças e aprovamos o projeto e também já registro a nossa conversa com o deputado Mauro de Nadal na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que, prontamente, atendeu a aprovação deste projeto para que pudéssemos votar no dia de hoje.

Estamos entrando num período eleitoral, que nos coloca alguns limites e não vamos ter sessão na semana que vem e, por isso, o empenho do conjunto desta Casa para aprovar este projeto, e vamos ter mais 60 defensores públicos para atender a nossa população catarinense.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero em primeiro lugar agradecer pela inclusão na pauta esta matéria no dia de hoje, também agradecer aos três presidentes das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público e ao líder do governo. Conseguimos, deputado Mauro de Nadal, num tempo rápido, aprovar este projeto nas três comissões de ontem para hoje, e colocar nesta sessão em aprovação.

Portanto, quero agradecer em nome de vocês, defensores públicos, que neste Plenário se encontram, ao Ronaldo, que representa a associação, e dizer que vamos continuar lutando. Teremos mais 30 defensores públicos agora no mês de julho e mais 30 em março do ano que vem, mas chegamos ao número apenas de 120, e nosso estado tem quase 300 municípios, então, provavelmente, em outros municípios que também representamos, não temos ainda Defensoria Pública.

Então, a luta é para que a população, para que todos os municípios catarinenses possam ter defensores públicos, técnicos administrativos e um fundo que possa consolidar a Defensoria Pública como modelo de fato, que valorize o acesso à Justiça para a população mais pobre. Os exemplos da Defensoria Pública em todas as regiões onde foi implantada é extremamente positivo.

Eu quero fazer este registro e agradecer a todos os deputados pela presença no Plenário, pois sem a presença de v.exas. não conseguiríamos hoje aprovar este projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PAULO FRANÇA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho os resultados.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não"

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

De acordo com solicitação da deputada Luciane Carminatti, referendado pelos srs. líderes de bancada, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h27.

Está encerrada a presente sessão.